

Seria cômico se não fosse trágico: o Brasil é o país que menos subsidia a agricultura

Charlene de Ávila

Advogada. Mestre em Direito. Consultora Jurídica em propriedade intelectual na agricultura de Neri Perin Advogados Associados – Brasília-DF

Néri Perin.

Advogado Agrarista especialista em Direito Tributário e em Direito Processual Civil pela UFP. Diretor Administrativo da Néri Perin Advogados Associados – Brasília- DF.

Não se espantem meus caros, com o título da resenha. Realmente, o produtor rural brasileiro é o que menos subsídios tem quando comparado aos produtores rurais europeus.

Em compensação, o nosso agronegócio não deixa de fazer bonito quando o assunto é exportação, e o Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento – MAPA, não nos deixa mentir. Vejam só:

As exportações do agronegócio no mês passado (outubro de 2022) foram recordes e atingiram a cifra de US\$ 14,25 bilhões de dólares, sendo que o valor foi 61,3% superior na comparação com que foi vendido ao exterior em outubro de 2021 representando 48,5% do total de vendas externas no período. Querem mais?

O principal setor exportador do agronegócio brasileiro, (complexo soja), exportou US\$ 3,68, sendo a grande estrela a soja em grãos, com um registro recorde para os meses de outubro de US\$ 2,49 bilhões de dólares.

As vendas externas de carnes chegaram a US\$ 2,28 bilhões de dólares. Maravilhoso, não é?

Entretanto, será que poderíamos replicar aquela frase infeliz tão propalada nos meios de comunicação que dizia: “Perdeu, mané”, para os subsídios agrícolas do país?

Vamos explicar:

Há quem pense que o agronegócio só é bem sucedido porque tem subsídio do governo. Ledo engano, não é verdade.

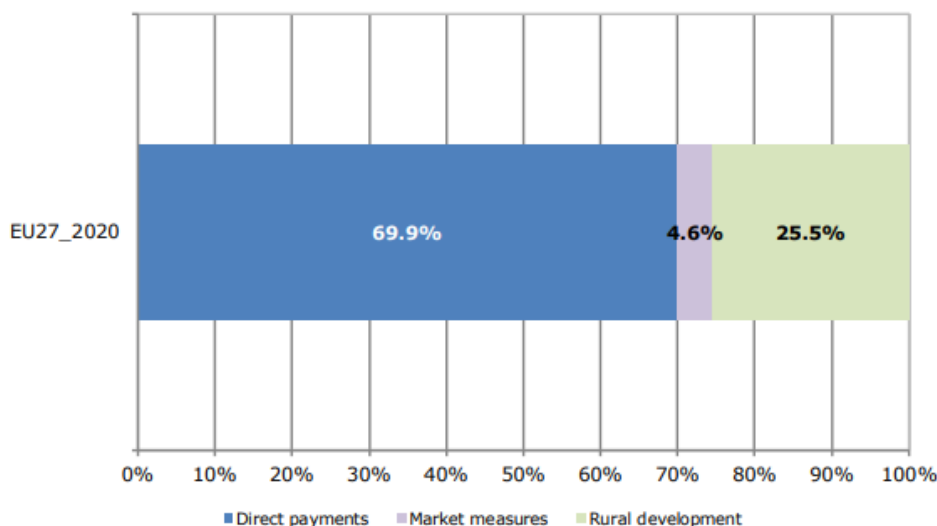
Segundo dados da OCDE – a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, organizados pelo Insper Agro Global, o

Brasil é um dos países do mundo que menos subsidia a produção agrícola, com cerca de 1 a 2% em relação à receita bruta do produtor. Estados Unidos e China têm mais de 10%, e União Europeia tem quase 20% de subsídio em relação à receita bruta do produtor.

O Brasil realmente perde em não assegurar um subsídio direto aos agricultores aos moldes da União Europeia, uma vez que muitos desafios que se colocam ao setor agroalimentar, tanto atuais como futuros, como a concorrência mundial, as crises económicas e financeiras, as alterações climáticas e os custos voláteis de fatores de produção dos combustíveis ou dos fertilizantes impactam diretamente o produtor rural como toda sociedade.

Pois bem:

Através de apoio direto aos produtores rurais a política comum europeia – PAC garante aos agricultores apoio ao rendimento que proporcionam a estabilidade dos rendimentos e remuneram os agricultores por praticarem uma agricultura respeitadora do ambiente e por prestarem serviços públicos que os mercados não costumam remunerar, como a salvaguarda do espaço rural.



CAP expenditure

Measures	2020	2020	
	1 000 EUR	% of total	% of heading
Decoupled direct aids	32 335 053	59.1%	84.6%
Other direct aids	5 477 600	10.0%	14.3%
Reimbursement of direct aids in relation to financial discipline	421 959	0.8%	1.1%
Direct payments (Total)	38 234 612	69.9%	100.0%
Cereals	0	0.0%	0.0%
Olive oil	35 136	0.1%	1.4%
Fruit and vegetables	865 703	1.6%	34.3%
Wine sector	1 056 621	1.9%	41.9%
Promotion	76 105	0.1%	3.0%
Other plant products/measures	227 749	0.4%	9.0%
Milk and milk products	926	0.0%	0.0%
Beef and veal	49 532	0.1%	2.0%
Pigmeat, eggs, poultry and other	49 408	0.1%	2.0%
School schemes*	159 259	0.3%	6.3%
Market measures (Total)	2 520 441	4.6%	100%
Rural development (Total)	13 919 080	25.5%	100%
TOTAL	54 674 132	100.0%	

Note: Expenditure in commitments for direct payments and market measures; ceilings of support for rural development.

*Programme implementation based on school years; reimbursement possible in the next financial year

Source: European Commission, Directorate General for Agriculture and Rural Development

Updated: June 2021

Conforme gráficos acima, podemos observar que a PAC garante também as medidas de mercado (market measures), para fazer face a condições de mercado difíceis, como uma quebra súbita da procura devido a uma emergência sanitária ou uma queda dos preços em consequência de uma oferta excessiva no mercado e, por fim, garante medidas de desenvolvimento rural (rural development), que consistem em programas nacionais e regionais que visam dar resposta às necessidades e desafios específicos das zonas rurais.

Além dos preços garantidos, há ainda, pagamentos pelos regimes de pousio¹. Os Agricultores são remunerados para não cultivar seus campos por determinados períodos, podendo utilizar as terras em pousio obrigatório tanto para pastoreio como para produção de proteína vegetal.

¹ Na atual definição, o **pousio** é a prática de interrupção temporária, limitada a cinco anos, de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo.

COMO É DISTRIBUÍDO O DINHEIRO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC) PELOS PAÍSES DA UE?

(2019)

38,2 mil milhões de euros
Despesas de pagamentos
diretos da UE*

13,8 mil milhões de euros
Despesas do desenvolvimento
rural na UE*

2,4 mil milhões de euros
Despesas de mercado na UE*

* excluindo o Reino Unido

Repartição dos fundos da Política Agrícola Comum (em milhões de euros)



Fontes: Comissão Europeia, Parlamento Europeu



Não bastasse, atualmente os produtos do setor **agrícola** na União Europeia recebem US\$ 540 bilhões por ano em **subsídios**, quantia equivalente a 15% do valor total de produção da área.

No Brasil nas últimas duas décadas o suporte direto ao produtor rural, ou políticas agrícolas reduziu de US\$ 13,81 bilhões em 2000 para US\$ 1,96 bilhão em 2020, queda de 86% no período (OECD, 2021). Quando tomado em relação à receita bruta da agropecuária (RBA), a relação PSE²/RBA, que era de 9,08% em 2000, passou para apenas 1,35% em 2020. A título de comparação, na União Europeia, a relação PSE³/RBA foi de 19,33% em 2020 e, nos países membros da OCDE, de

² **Estimativa de suporte aos produtores (PSE)** – refere-se ao valor das transferências brutas para os produtores agrícolas de maneira individual, direcionadas por mecanismos de política agrícola, como o suporte aos preços de comercialização, subsídios ao crédito e seguro rural e demais subvenções ao produtor.

³ Em termos da composição do PSE – que se divide em: pagamentos vinculados à produção de commodities; vinculados ao uso de insumos agropecuários predeterminados; vinculados aos quantitativos de área, número de animais, receitas e rendas dos estabelecimentos; e em pagamentos não-vinculados à produção –, entre 2000 e 2011, a participação média dos pagamentos vinculados à produção de commodities foi de 49% do PSE, caindo para 23%, em média, entre 2012 e 2020. Isso aumentou a participação dos pagamentos vinculados ao uso de insumos (máquinas, fertilizantes, corretivos, defensivos, rações e medicamentos para animais, dentre outros)

18,07%, enquanto na China, Estados Unidos e Rússia as relações foram de 12,17%, 11,03% e 6,68%, respectivamente, (OECD, 2021).

Assim, a ajuda como parte da receita bruta do agricultor brasileiro caiu de 7,60%, entre 2000 e 2002, para 1,50% de 2018 a 2020. Em comparação, os subsídios da União Europeia (UE) garantem 19% da renda do produtor. Nos EUA, o percentual é de 12% ao ano, em média, (OECD, 2021).

No Brasil o crédito rural e o seguro rural como principais instrumentos de políticas agrícolas não guardam relação com os propósitos da PAC da EU.

Vejamos outros programas que fazem parte do seguro rural que servem de suporte aos agricultores, mas não se trata de subsídio direto:

- O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR);
- O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);
- O Proagro-Mais; e
- O Programa Garantia Safra.

Os dois primeiros programas são destinados a agricultores comerciais e concentram seus recursos na região Centro-Sul do País e na produção de grãos, sobretudo soja.

Os dois últimos estão vinculados à agricultura familiar e produtores de pequena escala.

Não podemos esquecer que a mesma agropecuária brasileira que lidera rankings de produção, exportação e produtividade é também a agropecuária caracterizada por disparidades estruturais, regionais, produtivas e socioeconômicas, que têm nos instrumentos de política agrícola e social o principal caminho para mitigar suas carências e aumentar o nível de bem-estar social, seja de quem vive no meio rural e depende dele para produzir, seja de quem consome os bens e serviços oriundos do meio rural⁴.

No entanto, o Brasil investe pouco com sua agropecuária, seja com relação aos outros importantes players do agronegócio no mercado internacional, seja com relação aos produtores rurais.

Se mesmo com baixos níveis absolutos e relativos de suporte o Brasil consegue tornar uma parcela de seus produtores extremamente competitivos e leva hoje a denominação de “celeiro do mundo”, imagine o potencial brasileiro se as condições basilares de produção e reprodução socioeconômica estivessem acessíveis a cada um de seus produtores rurais.

para 73% do PSE, em média, entre 2012 e 2020, ainda que o total absoluto de recursos do PSE tenha se reduzido significativamente.

⁴ SILVA, Rodrigo Peixoto da. O Brasil gasta muito em sua agropecuária? Vide:

<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opinia-o-cepea/o-brasil-gasta-muito-com-sua-agropecuaria.aspx>

Desse modo, o jargão “**perdeu mané**” se aplica perfeitamente na comparação entre as medidas protetivas de subsídios entre o Brasil e União Europeia.

E mesmo assim, mostramos resiliência e eficiência produtiva.

Somos “Manés” competitivos...